



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2011 – Rendimento da
população – Outubro de 2012



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Guillermo Javier Pedreira Etkin
Luís André Aguiar Alves

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

RESULTADOS DA PNAD 2011 – RENDIMENTO DA POPULAÇÃO

APRESENTAÇÃO

No final de setembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011, incluindo a reponderação da série 2001 – 2009. A partir desta base de dados, a SEI divulgará análises temáticas dos resultados da PNAD no formato de notas técnicas. O primeiro tema apresentado foi trabalho infantil. Neste número serão discutidas as principais mudanças no que se refere à renda da população baiana. O recorte temporal abrange os últimos cinco anos da pesquisa, de 2006 a 2011. O conjunto das notas técnicas temáticas irá compor um texto para discussão de avaliação dos resultados da PNAD, a ser divulgado no site da SEI.

RENDIMENTO NA BAHIA NO PERÍODO 2006 A 2011

O rendimento médio da população da Bahia aumentou 21% em termos reais entre 2006 e 2011, passando de R\$ 729 para R\$ 881 no período. Na zona urbana cresceu de R\$ 872 para R\$ 1.006, e na zona rural passou de R\$ 405 para R\$ 407 entre 2006 e 2011. O crescimento da renda pessoal foi acompanhado também por uma redução da desigualdade no estado, conforme a Tabela 1.

A Tabela 1 mostra a renda média por decis da população, ordenados por apropriação de renda. Os 10% mais pobres, com uma renda média de R\$ 69, possuíam apenas 0,9% do total da renda na Bahia em 2006, ao passo que os 10% mais ricos, com uma renda pessoal média de R\$ 3.268, possuíam 44,8% do total da renda. As variações na participação da renda, entre 2006 e 2011, foram tímidas, apesar de se verificar redução da desigualdade entre esses anos, tendo os decis mais ricos uma redução na participação, ao passo que os mais pobres cresceram em participação no total da renda do estado. Contudo, verifica-se que todas as classes apresentaram ganhos reais de renda entre 2006 e 2011, com a renda dos mais pobres crescendo a taxas mais elevadas. Os 10% mais pobres tiveram um crescimento real na renda média de 31,1%, ao passo que os 10% mais “ricos” obtiveram um incremento de 18,9%.

O rendimento médio das pessoas no meio urbano exibiu um aumento real de 15,5% entre 2006 e 2011. O avanço maior se deu nos decis inferiores (que compreendem a população de mais baixa renda), sobretudo até o terceiro decil, no qual o rendimento médio real cresceu 35,1% no primeiro decil, 32,3% no segundo e 34,2% no terceiro.

O percentual da renda apropriada pela população mais pobre também aumentou no período analisado, enquanto a renda apropriada pelas pessoas pertencentes aos últimos decis (que compreendem os que auferem maiores rendimentos) diminuiu. Nos três primeiros decis, o percentual da renda apropriada

Tabela 1
Rendimento⁽¹⁾ médio pessoal e renda apropriada por decis da população – Bahia – 2006/2011

Decis da população	2006		2011		Variação do rendimento médio 2011/2006 (%)	Variação da renda apropriada 2011/2006
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	69	0,9	90	1,0	31,1	8,4
2	140	1,9	184	2,1	31,3	8,6
3	250	3,4	336	3,8	34,7	11,4
4	398	5,5	520	5,9	30,7	8,1
5	462	6,3	545	6,2	18,0	-2,5
6	462	6,3	547	6,2	18,5	-1,9
7	520	7,1	640	7,3	23,2	1,8
8	685	9,4	853	9,7	24,6	3,0
9	1.035	14,2	1.211	13,7	17,0	-3,3
10	3.268	44,8	3.886	44,1	18,9	-1,7
Total	729	100,0	881	100,0	20,9	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados.

(1) Foi considerado o rendimento de todas as fontes em valores correntes de 2011.

Tabela 2
Rendimento⁽¹⁾ médio pessoal e renda apropriada por decis da população urbana – Bahia – 2006/2011

Decis da população	2006		2011		Variação do rendimento médio 2011/2006 (%)	Variação da renda apropriada 2011/2006
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	75	0,9	101	1,0	35,1	16,9
2	185	2,1	245	2,4	32,3	14,6
3	335	3,8	449	4,5	34,2	16,3
4	462	5,3	545	5,4	18,0	2,2
5	462	5,3	545	5,4	18,0	2,2
6	495	5,7	588	5,8	18,6	2,7
7	611	7,0	733	7,3	20,0	3,9
8	847	9,7	979	9,7	15,6	0,2
9	1.289	14,8	1.429	14,2	10,9	-4,1
10	3.954	45,4	4.447	44,2	12,5	-2,6
Total	872	100,0	1.006	100,0	15,5	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados.

(1) Foi considerado o rendimento de todas as fontes em valores correntes de 2011.

creceu 16,9%, 14,6% e 16,3%, respectivamente, enquanto nos dois últimos houve uma redução da ordem de 4,1%, no nono decil, e 2,6% no décimo. Estes resultados mostram que a renda apropriada pelos 20% mais ricos diminuiu, favorecendo uma maior apropriação da renda dos 30% mais pobres. Tais resultados apontam para uma redução da desigualdade da distribuição da renda pessoal no meio urbano, em que pese a disparidade que ainda permanece na apropriação da renda real e no rendimento médio real entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

O rendimento médio real no meio rural apresentou variação de 20,2%. Todos os decis tiveram variação do rendimento real positiva, com destaque para o decil que compreende os 10% mais ricos (o décimo), que obteve a maior variação (26,7%).

Ao se analisar a variação da renda real apropriada, observa-se que, no meio rural, aumentou a apropriação dos 10% mais pobres em 1,3%. Contudo, os indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% mais ricos do meio rural obtiveram um crescimento de 5,5% na apropriação da renda real entre 2006 e 2011, indicando que, apesar dos esforços das políticas públicas no que tange à distribuição de renda, o meio rural baiano ainda apresenta uma situação de desigualdade.

Tabela 3
Rendimento(1) médio pessoal e renda apropriada por decis da população rural – Bahia – 2006/2011

Decis da população	2006		2011		Variação do rendimento médio 2011/2006 (%)	Variação da renda apropriada 2011/2006
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	61	1,5	74	1,5	21,9	1,3
2	108	2,7	123	2,5	13,7	-5,4
3	150	3,7	174	3,6	16,2	-3,5
4	234	5,8	255	5,2	9,0	-9,5
5	323	8,0	396	8,1	22,8	2,3
6	450	11,1	534	11,0	18,7	-1,0
7	462	11,4	545	11,2	18,0	-2,1
8	467	11,5	548	11,3	17,2	-2,2
9	578	14,3	675	13,8	16,8	-3,1
10	1.215	30,1	1.540	31,7	26,7	5,5
Total	405	100,0	487	100,0	20,2	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI a partir dos microdados.

(1) Foi considerado o rendimento de todas as fontes em valores correntes de 2011.

O coeficiente de Gini¹, calculado para a renda domiciliar per capita, corrobora a afirmação de redução da desigualdade na Bahia, uma vez que se observa uma queda de 0,556, em 2006, para 0,554 em 2011. A variação de Gini na zona urbana, de 2006 para 2011, foi de 0,554 para 0,541, e na zona rural, de 0,450 para 0,493.

Tabela 4
Coefficiente de Gini para distribuição do rendimento domiciliar per capita – Bahia – 2006/2011

Situação de domicílio	2006	2011
Urbano	0,554	0,541
Rural	0,450	0,493
Total	0,556	0,554

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

Além das variações de renda e desigualdade, verificou-se também a variação da extrema pobreza no estado, a partir do critério do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definido para o plano do governo federal Brasil sem Miséria. Este critério leva em conta a renda domiciliar per capita, considerando extremamente pobres aqueles que vivem com valor igual ou menor do que R\$ 70 mensais por pessoa do domicílio. Para as pessoas que apresentaram renda zero no mês de referência da pesquisa, de acordo com a metodologia mencionada, verifica-se a existência de característica de maior probabilidade de pobreza no domicílio, sendo consideradas extremamente pobres as pessoas residentes em domicílio com pelo menos uma das características abaixo:

- Sem banheiro de uso exclusivo.
- Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica.
- Em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água.
- Em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço na propriedade.
- Sem energia elétrica.
- Com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto.

1 Índice que mensura distribuição em determinada amostra. O índice de Gini varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição; quanto mais próximo de 0, mais equânime é a distribuição observada.

- Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade.
- Com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

Como a linha de extrema pobreza teve valores com referência em julho de 2010, houve correção pelo INPC, correspondendo a R\$ 55,41 em 2006 e R\$ 75,10 em 2011. A extrema pobreza diminuiu entre 2006 e 2011, com o indicador passando de 11,6% para 9,3% da população total, o que significa aproximadamente 200 mil pessoas que saíram da extrema pobreza no estado da Bahia no período analisado. Na zona urbana, o quantitativo em extrema pobreza diminuiu em quase 80 mil pessoas, passando de 695 mil para 616 mil, de acordo com o critério do MDS/IBGE. Com isso, a taxa de extrema pobreza na zona urbana da Bahia declinou de 7,5% para 5,9% de 2006 para 2011. Na zona rural, o número de pessoas abaixo da linha diminuiu em 116 mil, porém, como a redução da população rural ocorreu a uma taxa mais elevada, a proporção de extrema pobreza aumentou de 19,1 para 19,9% no meio rural.

Tabela 5
Evolução da extrema pobreza – Bahia – 2006/2011

Situação do domicílio	População total		População extremamente pobre		% da população em condição de extrema pobreza	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Total	13.801.972	14.220.618	1.540.640	1.361.229	11,2	9,6
Urbano	9.296.741	10.481.883	686.237	616.862	7,4	5,9
Rural	4.505.231	3.738.735	854.403	744.367	19,0	19,9

Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2011. Elaboração da SEI.

Verifica-se também que o hiato médio de pobreza, definido como a diferença da renda média das pessoas em extrema pobreza para a linha que as delimita, cresceu no período. Portanto, o aumento do hiato significa que a renda média das pessoas em extrema pobreza está mais distante da linha dos R\$ 70. Isso se dá porque aqueles que estão saindo da condição de pobreza, nos anos recentes, são os que estavam mais próximos da linha.

Tabela 6
Hiato médio de pobreza – Bahia – 2006/2011

Situação de domicílio	Hiato médio (R\$)	
	2006	2011
Total	30,9	35,5
Urbano	29,9	36,3
Rural	31,8	34,8

Fonte: IBGE—PNAD 2006 e 2011. Elaboração da SEI.

A tabela abaixo explicita o desemprego entre dois grupos: os extremamente pobres e os que não pertencem a essa categoria, aqui denominados “não extremamente pobres”. A primeira conclusão é que a extrema pobreza no meio urbano está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Enquanto a taxa de desemprego no meio urbano oscilou entre 11% e 10% para o grupo dos não pobres, o grupo dos extremamente pobres apresentou taxas de 37% e 52% em 2006 e 2011, respectivamente. Infere-se também que o aumento expressivo se explica em função da forte associação que existe entre a extrema pobreza e ocupação no meio urbano. Assim, os ganhos reais de rendimento entre os mais pobres fez com que boa parte das pessoas empregadas saísse da condição de extrema pobreza. Este argumento se reforça também pela redução do hiato de pobreza: na medida em que pessoas empregadas deixam a extrema pobreza por elevação da renda pessoal, a proporção de ocupados neste grupo se reduz e por consequência a renda média do grupo extremamente pobre também diminui. De fato, o número de ocupados na extrema pobreza se reduz consideravelmente, ao passo que os desocupados pouco variam entre 2006 e 2011.

Tabela 7
População economicamente ativa vivendo em condição de extrema pobreza, por situação do domicílio e condição de ocupação – Bahia – 2006/2011

Situação do domicílio	Ocupados		Desocupados		Desocupados (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Total	485.096	348.654	103.738	108.985	17,6	23,8
Urbano	143.369	87.077	84.076	94.075	37,0	51,9
Rural	341.727	261.577	19.662	14.910	5,44	5,39

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2011. Elaboração da SEI.

A segunda conclusão relevante é de que na zona rural a ocupação não é suficiente para reduzir de forma significativa a extrema pobreza. Isso fica evidente quando aferimos que a taxa de desemprego entre os não extremamente pobres oscilou entre 2,2% e 2,6%, entre 2006 e 2011, e a do grupo extremamente pobre ficou em torno de apenas 5,5%, uma taxa inferior ao dos não pobres da zona urbana.

Tabela 8
População economicamente ativa que não vive em condição de extrema pobreza, por situação do domicílio e condição de ocupação – Bahia – 2006/2011

Situação do domicílio	Ocupados		Desocupados		Desocupados (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
Total	5.840.087	5.726.015	538.607	521.947	8,4	8,4
Urbano	3.867.744	4.314.742	495.168	484.828	11,3	10,1
Rural	1.972.343	1.411.273	43.439	37.119	2,2	2,6

Fonte: IBGE–PNAD 2006 e 2011. Elaboração da SEI.

